



**DOSSIÊ
A OUTRA
INDEPENDÊNCIA**

REDESCOBRINDO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE UM PROCESSO COMPLEXO

Helio Franchini Neto¹

RESUMO

Neste texto, apresentamos os contornos gerais do grande cenário político de 1820–1825 no qual se desenvolveu a Independência do Brasil. Um processo muito mais complexo e complicado do que estivemos acostumados, por um tempo, a pensar. Uma peça com um cenário complexo, fundado em uma herança colonial marcada pela heterogeneidade e por uma nova realidade trazida pela chegada da família real e pela elevação a Reino Unido. Com a Revolução do Porto, em 1820, dá-se início a um conturbado processo, caótico, incerto e pouco consensuado, que resultou no Império do Brasil, cuja consolidação demandou muita negociação, promessas e uma verdadeira Guerra de Independência.

Palavras-chave: História. Independência do Brasil. Guerra de Independência. 1822.

ABSTRACT

This paper presents the general aspects of the broad political scene of 1820–1825, in which occurred Brazil's Independence. It was a much more complicated process than traditionally considered. It was a game with a complex scenario, based on a colonial inheritance marked by regional differences and by a new reality brought by the arrival of the Royal Family and the creation of the United Kingdom. With the Porto Revolution of 1820, began a tumultuous, chaotic, uncertain and nonconsensual process that resulted in the Empire of Brazil, whose consolidation required many negotiations, promises and a real war of Independence.

Keywords: History. Independence of Brazil. War of Independence. 1822.

INTRODUÇÃO

A Independência do Brasil foi um processo muito mais complexo e complicado do que estivemos acostumados, por um tempo, a pensar. É um

¹ Diplomata, doutor em História pela Universidade de Brasília e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Autor dos livros *Independência e Morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821–1823)* (Topbooks, 2019) e *Redescobrimos a Independência: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro* (Benvirá, 2022). E-mail: franchinineto@yahoo.com.br.

processo muito pouco conhecido em todas as suas dimensões, que na verdade se estendem entre os anos 1820 e 1825. O Bicentenário da Independência é um momento de rememoração, mas também de descoberta, ou redescoberta, de um grande movimento que resultou na criação do Império do Brasil.

Normalmente, a imagem que temos é de um ato, o Sete de Setembro de 1822, quando D. Pedro separou o Brasil de Portugal. O Imperador teria livrado os brasileiros do jugo colonial, em um divórcio pacífico no qual todos se mantiveram unidos por patriotismo ou por interesses específicos de uma pequena elite.

Essa imagem é equivocada, como revela a historiografia recente sobre a Independência. Em primeiro lugar, como dito, foi um processo e não um ato. Uma sucessão de eventos, não necessariamente planejados ou desejados. E mais que um processo, um processo complexo. Havia menos homogeneidade do que nos parece hoje, quando olhamos o Brasil atual, com mais diferenças regionais. Os interesses e as culturas locais, além de diferentes ideias, particularmente entre o Norte e o Sul, eram fatores que alimentavam forças de dispersão, contrapondo-se a esforços, em 1822–1823, de aquisição pelo Império do anterior território que formava o Reino do Brasil.

Foi também um processo complicado, pois a política da época foi muito mais controversa, conflitiva. Ao contrário da imagem de uma Independência pacífica, o que se registrou na época foi uma base da colonização que já trazia conflitos potenciais, agravada pelas ideias e pelo contexto da Revolução Francesa, que também levou à transmigração da família real e a uma sensível alteração da realidade do que se tornou, em 1815, o Reino do Brasil. A Revolução do Porto levou a uma desestabilização desse novo equilíbrio, do Rio de Janeiro como capital, em si igualmente instável.

Iniciaram-se, então, diversos conflitos políticos que aos poucos foram convergindo para o movimento que resultou na Independência do Império do Brasil e na guerra. Guerra parecerá um termo exótico para tratar da criação do Brasil, mas, como se verá, é um ponto essencial para se compreender a formação do Império.

Redescobrir a Independência envolve, desse modo, reconstruir não uma imagem, como aquela do Grito do Ipiranga, mas recompor um movimento, como uma peça de teatro, com cenário, atos e atores, cuja narrativa não esgota todas as dimensões daqueles anos, mas nos permite iniciar uma compreensão melhor daquele período. No presente texto, apresentamos os contornos gerais desse grande cenário político de 1820–1825. A quem quiser explorar ainda mais os pormenores desse grande teatro, fica

o convite de conhecer o livro *Redescobrimo a Independência: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro* (FRANCHINI NETO, 2022).

O CENÁRIO: O REINO DO BRASIL ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA

O cenário em que se passou o processo de criação do Império brasileiro não foi de um Brasil colônia de Portugal, habitado por “brasileiros” de norte a sul, unificado, homogêneo. A geografia, a cultura e a política eram muitos mais complexas e heterogêneas, ao que se somou a migração da família Real, em 1808. Esse era o cenário.

A herança colonial no início do século XIX

Geograficamente, o Brasil de 1820 era um vasto território mal ocupado por portugueses, índios e escravos, com comunicações internas difíceis e lentas. Havia um “Reino do Brasil”, composto por dezenove províncias (antes capitânias)², normalmente separadas entre o “Norte” (as atuais regiões do Norte e Nordeste) e o “Sul”, de Minas Gerais para baixo. O Pará incorporava praticamente toda a Amazônia, um vasto território que havia sido por séculos, até 1774, uma colônia separada.

Apesar do desenvolvimento de rotas internas e de alguma integração econômica, a distância era a marca dos núcleos de colonização espalhados pelo que hoje é o Brasil. O mar e os rios permaneciam vias privilegiadas de transporte. Do Norte, a navegação a vela para Portugal era rápida e segura, ao contrário do trajeto ao Rio de Janeiro. Esse dado é interessante, pois para algumas províncias, como o Maranhão e o Pará, Lisboa estava muito mais próxima do Rio de Janeiro. A geografia reforçava identidades políticas que teriam impactos importantes no processo de Independência.

Apesar de números imprecisos, entre 4 e 5 milhões de pessoas habitavam essas capitânias/províncias, em 1820³. Pela classificação atual de regiões, o Nordeste era, em 1819 e 1823 (respectivamente, com 1.703.111 e 2.050.218 habitantes), mais populoso do que o Sudeste (1.512.995 e 1.541.648). Essa população era parte “ao mesmo tempo multicultural e mestiça” (COSTA E SILVA, 2011, p. 57). Cerca de 57% eram moradores livres, com escravos em torno de 25%, mas distribuídos de forma desigual. Era um número relevante, que dava conta do problema dessa prática

2 Cisplatina (hoje Uruguai, incorporada em 1820), Rio Grande (atual Rio Grande do Sul), Santa Catarina, São Paulo (que incluía o que hoje é o Paraná), Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco.

3 Para as fontes estatísticas da população da época, ver Franchini Neto (2019, cap. I).

macabra, que impactaria toda a história do Império. Eram poucos os grandes latifundiários com larga posse de terra e grandes tropas de escravos.

Mesmo entre o grupo majoritário de livres, as diferenças eram significativas. Não formavam um grupo coeso, não sendo homogêneos nem na origem, nem na posição que ocupavam na sociedade. A proporção desses diferentes componentes da sociedade não permite vislumbrar um Reino nem de classe média, nem cruamente dividido entre senhores e escravos.

Longe de constituírem unidades regionais de um mesmo país, as províncias eram marcadas pela heterogeneidade de vidas e vivências. Ainda prevalecia muito da realidade da colonização, com as regiões, na prática, vivendo de forma autônoma. O maior exemplo era Pernambuco, com uma história particular, calcada na mitologia da guerra contra os holandeses (1630–1654), que reforçava forte identidade local e busca por autonomia (MELLO, 2001, p. 31).

As diferenças regionais se refletiam particularmente na “identidade” daqueles povos, que ainda não era a “brasileira” que conhecemos. Prevalecia uma dupla camada, entre o local (pernambucano, paulista etc.), e o geral, a fidelidade ao rei, o ser português. Era a figura da Coroa que servia de unidade, dando uma relativa homogeneidade e proximidade a grupos que, sem esse elemento, tenderiam a gradualmente se distanciar socioculturalmente, em razão das dinâmicas regionais. O processo de centralização administrativa fez surgir, gradualmente, uma terceira identidade, a americana (JANCSÓ; PIMENTA, 2000). A dinâmica pós-Revolução do Porto, que veremos mais abaixo, foi possivelmente o momento-chave de reafirmação do processo de diferenciação entre “brasileiros” (que viviam ali, não necessariamente por nascimento) e “portugueses”. Possivelmente neste momento se inicia de fato a construção da identidade brasileira.

Economicamente, havia também marcas regionais, com o setor primário sendo o principal, predominando a agropecuária. Apesar da relevância do Rio de Janeiro, e do ciclo do ouro em Minas Gerais, na época da Independência, o Nordeste permanecia como a principal região de produção e exportação, especialmente Pernambuco e Bahia. As exportações tinham impacto direto nas receitas governamentais, razão de sua importância, mas a atividade da colônia não se resumia a isso. O mercado interno possuía uma dinâmica própria. Após a crise do ouro, registrou-se o desenvolvimento de outras economias, como o “ciclo do gado” ou culturas como o cacau (no Pará), algodão e arroz no Nordeste e Sul (CALDEIRA, 2017, p. 159).

Com esses elementos, o cenário do início da década de 1820 tendia a reforçar a relevância das províncias, particularmente do Norte. A localidade prevalecia, o que tendia a reforçar uma heterogeneidade de visões e

interesses. Havia um dado adicional, a relação paradoxal entre essas localidades e a Coroa portuguesa.

Particularmente ao longo do século XVIII, a Coroa procurou reforçar seu poder e sua presença nas colônias, centralizando a administração em busca de maior capacidade de controlar as regiões. Seguindo o espírito reformista da época, figuras como o Marquês de Pombal procuravam modernizar o Estado português e ampliar o controle sobre o Brasil. Essas ideias foram transmitidas às gerações seguintes, por exemplo com D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro de D. João VI, que se inspiravam no “reformismo ilustrado”, inclusive com visões favoráveis a reformas na colônia. Coutinho influenciou diretamente na “geração de 1790”, à qual pertencia José Bonifácio.

Esse conjunto de medidas enfrentava, no entanto, resistências nas localidades, que procuravam manter sua autonomia. Criava-se, então, uma tensão permanente entre grupos que mantinham forte fidelidade ao rei, mas que também tinham interesses próprios, muitas vezes contrapostos à Coroa, como visto, por exemplo, na própria Inconfidência Mineira. Essas formas de relacionamento com o governo central, ao mesmo tempo, eram distintas de região para região, não existindo um movimento de convergência dos grupos coloniais em torno de uma unidade de interesses que levasse a uma identidade.

Esse cenário nos leva a pensar em uma realidade alternativa, caso a família real não tivesse aportado no Rio de Janeiro, em 1808. A marca da heterogeneidade, os “Brasis” (unificados pela lealdade à Coroa), poderiam ter levado aos mesmos impasses e disputas intraelites vistos no contexto hispânico e resultado na criação de vários países no território que hoje é o Brasil. Mas algo distinto ocorreu.

A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REALIDADE

Em 1807, Napoleão Bonaparte enviou um ultimato ao governo português: ou rompia com o Reino Unido, ou seria invadido. Na verdade, a invasão já havia sido decidida independentemente da posição de Portugal, que vivia um momento sensível de sua diplomacia⁴. Sofrendo pressões dos dois lados (também do lado britânico), a opção foi por uma retirada estratégica, cuja execução, nos dias finais, foi marcada pela confusão, criando uma equivocada imagem de fuga.

Passando por Salvador, D. João, ainda regente de sua mãe (a rainha Maria), decretou a abertura dos portos às nações amigas, rompendo o

4 Sobre o tema, ver Franchini Neto (2022).

antigo comércio exclusivo colonial, até chegar ao Rio de Janeiro. Os impactos da mudança da família real foram significativos, ainda que distintos de acordo com as capitâneas. Após a transferência da corte, em 1807, o Rio de Janeiro transformou-se em capital do Império Português, com toda sua estrutura burocrática, diplomática (com a chegada das representações estrangeiras) e mesmo sociocultural, exemplificada pela missão de artistas franceses. A cidade tornou-se efetivamente uma capital de governo. Foram realizadas obras, instalados tribunais, academias militares, ministérios, todo o necessário para uma metrópole. Foram abertas novas oportunidades de acesso a cargos e negócios.

Houve, desse modo, efeitos diretos no território. No Centro-Sul, particularmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a corte se “interiorizou”, ou seja, se enraizou e criou vínculos (SILVA DIAS, 2005). O status social de vários grupos foi elevado, transformando as relações econômicas, políticas e sociais. Havia um importante acesso ao poder.

Essa nova realidade foi simbolizada pela elevação, em 1815, da antiga colônia a “Reino do Brasil”, como parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Não se tratava de mera simbologia: o que antes eram colônias pouco vinculadas entre si e com a capital do vice-reino, agora eram parte de uma mesma unidade, um reino separado de Portugal, ligado a este pela soberania da Coroa, que os unificava. O Brasil foi de fato criado em 1815 e ali deixou de ser colônia de Portugal.

O “Norte” do novo reino, no entanto, vivenciou realidade distinta. Mais distante da corte, pouco se beneficiou da “interiorização da Metrópole”, além de resistir aos novos movimentos de centralização administrativa. A tradicional busca por autonomia, nesse contexto, provocou movimentos como a Revolução Liberal pernambucana de 1817. Mais importante, a manutenção da nova corte no Rio de Janeiro levou ao aumento dos impostos.

A presença da corte, desse modo, ampliava uma relação centro-capitâneas que já era tradicionalmente sensível, particularmente em províncias fortes (Bahia, Pernambuco, Maranhão). Houve uma diferença de vivência histórica entre o Norte e o Sul do reino. Nesse quadro, os grupos do Norte, ademais dos partidários do liberalismo e do constitucionalismo, pareciam prontos para algum tipo de movimento de alteração da ordem política. Novas ideias circulavam e ganhavam aderentes por todo o reino, inclusive no Sul.

Em setores do Norte brasileiro, no entanto, havia uma repercussão maior, que redundou inclusive em uma rebelião em Pernambuco, em 1817 (duramente reprimida). Por todo o reino, mas especialmente no Norte

brasileiro, começou a se formar um clima propício para a mudança. Falta-va um detonador de algo novo, que veio de além-mar, a Revolução do Porto.

PRIMEIRO ATO: A REVOLUÇÃO DO PORTO (1820) E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO REINO

A Revolução do Porto eclodiu em 24 de agosto de 1820, preparada desde 1818 por diferentes grupos, que, insatisfeitos com o estado das coisas na porção europeia do Reino Unido, acumulavam várias reivindicações à Coroa portuguesa deslocada para o Brasil. O movimento contagiou Portugal rapidamente e estabeleceu, com sua chegada em Lisboa, em 1º de outubro de 1820, uma “Junta Provisional do Governo Supremo do Reino”.

Os revolucionários vintistas mostravam-se inicialmente moderados, distanciando-se do modelo da Revolução Francesa e procurando encontrar um equilíbrio entre mudança e tradições. Foram convocadas as Cortes, instituição antiga da monarquia, mas em um novo modelo, que pregava a legitimidade popular e a Constituição. Mantinha-se a monarquia e a religião. Em novembro de 1820, foi publicada a lei eleitoral, inspirada no modelo espanhol, com sufrágio universal e deputados eleitos a cada 30 mil habitantes. Após as eleições, Cortes Gerais e Constitucionais foram instaladas em 26 de janeiro de 1821.

Inicialmente pensadas para a porção europeia do Reino Unido, as Cortes portuguesas tiveram a singularidade de buscarem também a inclusão do Reino do Brasil no processo constitucional, com a eleição de deputados por cada província. Um bom sinal inicial de união, que não demoraria muito para mostrar suas contradições.

Consolidada em Portugal, a revolução de fato não demorou para se espalhar para as províncias brasileiras, particularmente no Norte, onde o “vintismo”, como ficou conhecido esse movimento constitucionalista, tornou-se atrativo para lidar com a centralização do Rio de Janeiro. A primeira adesão se deu no Pará, em 1º de janeiro de 1821, mas a notícia demorou a chegar.

As informações sobre a Revolução chegaram ao Rio de Janeiro em outubro de 1820. Havia preocupações anteriores com o estado político de Portugal, que experimentava uma realidade política heterodoxa, governado a distância (VARNHAGEN, 1957, p. 20). D. João VI e seus ministros realizaram uma série de debates sobre como reagir à revolução, prevalecendo a opção de aceitar a constituinte e tentar cooptá-la. Também foi debatida a ida a Portugal do rei ou do príncipe (opção não aceita por Leopoldina). Os conselheiros preocuparam-se especialmente com a reestruturação do

Estado português, e propuseram Cortes também no Rio de Janeiro, para evitar potenciais conflitos entre os dois lados do Atlântico.

A atitude dúbia do Rio de Janeiro chocou-se, ao final, com a chegada de notícias da adesão da Bahia à Revolução, em fevereiro de 1821. A corte até buscou antecipar-se em medidas, concedendo em fevereiro de 1821 as bases para a futura constituição e decidindo-se por enviar o príncipe D. Pedro a Lisboa. Apesar das medidas, o movimento revolucionário estourou em 26 de fevereiro de 1821, com a participação do próprio D. Pedro. D. João VI jurou a Constituição e indicou que partiria, apesar de ter tomado poucas medidas para tanto. Partiu apenas em abril, após um novo protesto, depois de ter passado treze anos na América. Deixava uma realidade transformada no Reino do Brasil, ao mesmo tempo que voltava para um Portugal diferente.

Se em princípio o constitucionalismo do movimento do Porto trazia novos ventos inspirados no liberalismo, no que tinham a adesão no Reino do Brasil, a realidade do movimento, surgido em um Reino de Portugal em crise, dirigido pelo distante Rio de Janeiro, era contraditória. Representava o espírito da época, mas trazia aspectos do passado. Mais do que tudo, projetava uma realidade anterior do Império Português, não mais harmônica com a realidade do Reino do Brasil, particularmente no Centro-Sul.

Com isso, a adesão e a fidelidade ao vintismo e às Cortes Constitucionais de Lisboa tiveram diferentes cores e intensidades nas províncias. O movimento foi muito atrativo para grupos liberais e constitucionalistas do Reino do Brasil, inclusive no Centro-Sul. No Norte, porém, houve maior adesão, dada a insatisfação com o Rio de Janeiro e a proximidade com a porção europeia do Reino Unido.

Contudo, mesmo no caso do Norte, o impacto do movimento trouxe problemas significativos, essenciais para se compreender o processo que resultou na Independência do Brasil. Com a proposta de reformar o sistema político, o vintismo em grande medida desfazia os laços de fidelidade e poder anteriores, centrados na monarquia, para criar um novo contrato social, que ainda seria construído. Entre o abandono da realidade anterior e a chegada da estrutura constitucional prometida, criava-se um vácuo perigoso, que abria as portas para a instabilidade e o conflito político.

Foi isso que, de fato, se passou em todas as regiões do Reino do Brasil. José Roberto de Arruda Machado (2006) chamou esse fenômeno de “quebra da mola real da sociedade”, a desestabilização política que criou vácuos de poder apenas gradualmente sanados pelas instruções das Cortes, gerando conflitos locais e regionais. Em cada província foram estabelecidas Juntas Governativas, levadas por interesses econômicos próximos de

Lisboa ou do Rio de Janeiro, ideias liberais, reações às Cortes ou a D. Pedro, disputas locais sobre a formação das Juntas Provisórias.

Particularmente nas províncias do Norte, observou-se uma dinâmica de apoio majoritário ao vintismo, porém matizado por disputas pelo poder local. Os perdedores dessas contendas em muitos casos estiveram mais dispostos a se aproximar do Rio de Janeiro, contribuindo para o estabelecimento de núcleos de apoio a D. Pedro. No Sul, especialmente no Rio de Janeiro, houve ademais disputas intraelites sobre o tipo de projeto para o reino, marcando distinções importantes entre grupos políticos, como aqueles de Gonçalves Ledo e José Bonifácio.

Em segundo lugar, havia uma dificuldade inerente ao vintismo no tratamento da nova realidade portuguesa, que era a de um reino com duas capitais que disputavam a supremacia do poder. Entre Rio de Janeiro e Lisboa, portanto, desenvolveu-se o segundo eixo dos problemas estruturais do vintismo e das Cortes Constitucionais de Lisboa.

A ideia de “regeneração” era também elemento central do vintismo, essencialmente um projeto de recentralização política em Lisboa. Esta chocava-se diretamente com as pretensões do Rio de Janeiro como capital e com a noção de grupos como o de José Bonifácio de que não se poderia romper a noção de “igualdade” política entre os dois reinos. Enquanto o Rio de Janeiro e o Centro-Sul viviam plenamente a ideia de “Reino Unido”, Lisboa enxergava a reorganização do império pelas lentes da centralização.

Essa questão se tornou o ponto central da disputa, que acarretava, mais do que o aspecto político, dificuldades práticas na conciliação dos interesses de Lisboa, que buscava retomar seu caráter de metrópole exclusiva, e os do Rio de Janeiro, que pretendia manter o que havia construído na última década. Havia questões práticas de engenharia constitucional, em temas como tribunais ou representação do Poder Executivo, que opunham os partidários da centralização em Lisboa e aqueles que propugnavam a divisão do poder entre as duas capitais, opção esta apoiada pelo Rio de Janeiro.

Mais do que mera engenharia, no entanto, as disputas passaram a ganhar cores cada vez mais políticas: contra a “regeneração” vintista, surgiu no Rio de Janeiro a reação à “recolonização”. Antônio Penalves Rocha (2009) questiona se houve, de fato, uma ação recolonizadora. Não há dúvidas de que os vintistas procuravam reconcentrar o poder em Lisboa, mas é difícil comprovar uma efetiva recolonização. Ainda assim, o termo serviu como síntese da postura dos partidários do Rio de Janeiro.

Em resumo, ao longo do processo iniciado pela Revolução do Porto, em 1820, construíram-se duas dicotomias, que se cruzavam e se

influenciavam: de um lado, a disputa entre o Rio de Janeiro e Lisboa pelo poder central punha em choque a “regeneração” e a “recolonização”. De outro, os movimentos e conflitos por todo o território do reino brasileiro, a quebra da mola real da sociedade, motivava ações das duas capitais contra o que cada uma via como a origem da instabilidade política: à necessidade de lidar com a “rebelião”, como era vista por Lisboa a ação de províncias como Pernambuco e São Paulo, contrapunha-se o risco, visto pelo Rio de Janeiro, da “anarquia”, do desgoverno (incluindo, aqui, o temor às rebeliões escavas), a exemplo do que se passava na América hispânica.

Foi nesse contexto político que se moveram as peças do jogo político. A partir da criação de um núcleo político em torno do Rio de Janeiro (como veremos abaixo), iniciou-se uma longa disputa com Lisboa, que gradualmente se exacerbou até a ruptura do 7 de setembro de 1822. Um processo complexo, mas que conta apenas metade da história. A outra metade envolvia as diferentes visões, interesses e movimentos nas províncias, que aos poucos foram sendo contaminadas pela disputa central, ao mesmo tempo que, particularmente no caso da Bahia, alimentavam o próprio conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa.

SEGUNDO ATO: O “GRITO” ESCUTADO NO IPIRANGA, MAS IGNORADO EM OUTRAS PARTES

No final de 1821, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves estava em polvorosa. As províncias ainda se adaptavam ao contexto criado pela Revolução do Porto, em meio à agitação política local relacionada à nova realidade que se desenvolvia em Lisboa, nas Cortes Constitucionais. Estas gradualmente buscavam reforçar seu poder, o que no caso do Reino do Brasil significava diminuir, ou mesmo eliminar, a estrutura do Rio de Janeiro como capital de governo, a qual havia sido mantida pela designação de D. Pedro como regente, com poderes significativos e uma estrutura ministerial. Em algumas das províncias do Norte, havia forte apoio às ações das Cortes, ao passo que províncias importantes como Pernambuco e na Bahia ainda não haviam logrado assentar um novo sistema político, vivendo em grande instabilidade e princípios de guerra civil.

O caminho para a Independência

Vimos na seção anterior que o núcleo central da disputa que levou à Independência foi o conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa. Em 1821, no entanto, essa conformação estava longe de ser uma realidade. D. Pedro não era uma figura unânime, não tinha um plano pré-estabelecido de Independência, nem teve apoio geral das províncias. Segundo Cochrane (2003,

p. 34), em 1821, ele não era mais do que o “Governador do Rio de Janeiro”, com dificuldades financeiras e contestações a sua autoridade.

D. Pedro, de fato, mostrara-se um administrador titubeante ao longo de 1821. Na verdade, a atitude do príncipe era contraditória. Pressionado, mostrava-se fiel aos partidários do vintismo, ainda que tivesse conhecimento de que havia outras tendências, particularmente partidos que buscavam defender a manutenção do Rio de Janeiro com capital.

Para estes, o regente era uma figura de atração, simbólica como herdeiro da Coroa e da legitimidade do Reino, inclusive na Europa da Santa Aliança (LIMA, 1997, p. 38). Eram grupos heterogêneos, que terminaram elaborando diferentes projetos para o Reino Unido, inclusive o de Bonifácio. Outros projetos transitavam pela maçonaria, pelos círculos restritos da sociedade e pela própria imprensa, que começava a dar seus primeiros passos. Houve, de fato, várias iniciativas de tentar ganhar o príncipe, que claramente resistiu a essas aproximações.

A decisão final veio de um evento externo: em setembro de 1821, as Cortes aprovaram Decretos sobre a gestão do Executivo no Brasil, em prejuízo do Rio de Janeiro, e ordenaram a retirada do príncipe para a Europa. Para os grupos no Rio de Janeiro, a notícia era trágica, inclusive em matérias práticas, como a perda de empregos em tribunais que seriam fechados. A notícia dos decretos chegou ao Rio de Janeiro em 9 de dezembro de 1821, colocando a capital em ebulição.

A primeira reação D. Pedro não foi de revolta, tendo ordenado a publicação dos documentos e a preparação de sua partida. Para o diplomata francês que se encontrava na capital, no entanto, o príncipe regente era apenas em aparência reticente, muito influenciado pela princesa Leopoldina. Tentava medir os apoios que teria, e, de fato, surgiam intensas mobilizações no Rio de Janeiro contra as medidas, ao mesmo tempo que representações de São Paulo e Minas Gerais chegavam em apoio à permanência do Príncipe.

Confirmado o apoio regional, o príncipe regente decidiu, em 9 de janeiro de 1822, “ficar”. Dois dias após o “Dia do Fico”, ocorreu uma sublevação liderada pelo General Avillez, supostamente para forçar o cumprimento das ordens de Lisboa. Foi uma reação militar que não deu certo e terminou por reforçar a posição de D. Pedro.

Com o “Fico” consolidou-se um centro político no Rio de Janeiro, que passaria a se contrapor às Cortes. O evento também marcou a aliança entre diferentes grupos de interesse, dentre os quais acabou prevalecendo, sem ser unânime, o projeto de José Bonifácio. Esse projeto orientaria, a

partir de então, a ação política da capital carioca. Bonifácio tinha um projeto de “Independência moderada”, ou seja, de desvincular-se do Reino de Portugal, mas manter-se sob a soberania do rei português. Uma continuidade, em outras palavras, da ideia de “Reino Unido”.

Deu-se início, então, à mencionada dinâmica conflitiva entre Rio de Janeiro e Lisboa pela reestruturação do poder constitucional, a qual agravou-se de tal modo que a disputa política transformou-se em confrontação aberta e em guerra.

Entre fevereiro e julho de 1822 tem-se o momento central da disputa, lembrando que as informações demoravam a chegar, transportadas por navio. Foi quase uma luta no escuro. Essa evolução incluiu medidas como o estabelecimento do Conselho de Procuradores, em fevereiro de 1822, o Decreto do “Cumpra-se” (obrigatoriedade da chancela do regente para aplicar leis no Reino do Brasil) e a proclamação de D. Pedro como “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”, ambos em maio. Eram ainda medidas limitadas, que reforçavam o papel do Rio de Janeiro como centro de poder do Reino do Brasil. O Conselho de Procuradores era exclusivamente consultivo.

Em junho, no entanto, a disputa chegou ao ponto de quebra e levou à convocação de uma constituinte brasileira. A medida não era ideia nova (D. João VI, em carta de 18 de fevereiro de 1821, havia convocado uma Constituinte brasileira), mas marcava uma ruptura definitiva com as Cortes, mesmo que ainda sem romper com D. João VI. Era o ápice do projeto de “Independência moderada”.

No mesmo período, houve também a decisão de entrar abertamente em conflito com as Cortes de Lisboa. Em 14 de julho, partiu a esquadra que levava tropas e suprimentos para a Bahia, liderada por Pierre Labatut, que chefiaria um exército nacional (ver próxima seção). O Rio de Janeiro optou, em outras palavras, pela guerra, e essa opção foi diretamente influenciada pelos eventos na Bahia, os quais, por sua vez, tiveram impactos diretos na decisão pela independência. Foi nesse clima que chegaram ao Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1822, correspondências pelas quais se soube de novos reforços ao general Madeira, que comandava na Bahia as tropas pró-Lisboa. D. Pedro emitiu, em 1º de agosto de 1822, um decreto em que “declara inimigas as tropas mandadas de Portugal”. Em todo esse momento do processo que resultou na Independência, desse modo, houve medidas militares.

Em meio a essa efervescência, D. Pedro partiu para São Paulo, em 14 de agosto de 1822, para lidar com problemas locais que poderiam redundar em uma insurreição. Passados mais alguns dias, em 28 de agosto de

1822, chegaram novas ordens das Cortes, que incluíam acusações diretas contra o regente e novas notícias sobre o reforço de tropas na Bahia. Realizou-se, então, uma sessão do Conselho de Procuradores, em 2 de setembro, presidida pela princesa Leopoldina, mas não existe, nas atas do Conselho, qualquer menção a uma declaração de independência (BRASIL, 1973, p. 52). Foram então despachadas cartas ao regente que, alcançado em 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, declarou a completa Independência.

D. Pedro assumiu efetivamente o Império apenas em 12 de outubro, sendo coroado imperador em dezembro de 1822. Os efeitos do Sete de Setembro eram, no entanto, limitados, essencialmente pelo fato de que o poder do novo Imperador, em 1822, não ia muito além do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande e, em parte, Pernambuco. A situação nas demais províncias era bem mais complicada.

As províncias entre Lisboa e Rio de Janeiro

Se bem o Rio de Janeiro estivesse relativamente seguro nas mãos de D. Pedro ao longo de 1822, a efetiva adesão ou incorporação das demais províncias ao Império dependeria de muita negociação, promessas (que, descumpridas, alimentariam novos conflitos, como a Confederação do Equador, em 1824) e, ao fim e ao cabo, da ação militar.

Já conflagradas por conflitos e combates de caráter local, aos poucos as províncias tiveram que tomar um partido: uma parte optou pelo Rio de Janeiro, ao passo que outra se manteve fiel a Lisboa (especialmente Maranhão e Pará). Em muitas outras, houve disputas intensas entre as diversas tendências, que resultaram em conflitos que, aos poucos, foram sendo englobados pelas disputas maiores, no que podemos classificar como a Guerra de Independência do Brasil, como veremos abaixo.

Desde que decidiu “ficar” e constituir um polo político no Rio de Janeiro, o regente foi obrigado a se envolver nos negócios provinciais, realizando para tanto as conhecidas visitas a Minas Gerais (março–abril de 1822) e São Paulo. Logrou manter o apoio destas, ademais do próprio Rio de Janeiro e do Rio Grande. Afora esse núcleo inicial, intitulado na época “Províncias Colligadas”, todas as demais estavam ou engolfadas em problemas internos, ou em princípios de guerra civil.

O maior exemplo dessa complexidade foi Pernambuco. Província rica e situada em posição estratégica, era tradicional palco de movimentações políticas com tendências políticas muito heterogêneas, com destaque para o nativismo e a busca por autonomia local. Quando da eclosão da Revolução do Porto, Pernambuco era governada pelo General Luiz do Rego, no

poder desde 1817. O governador tentou, inicialmente, liderar a causa vintista, mas deixou o poder no final de 1821 após uma revolta liderada pela cidade de Goyana, que incluiu ações militares contra o Recife.

A nova Junta Governativa era composta por comerciantes e representantes do Recife, deixando fora do poder os proprietários rurais e outros setores urbanos, os quais, com essa medida, poderiam ser atraídos pelo Rio de Janeiro (MELLO, 2014, p. 71). O governo era liderado por um antigo revolucionário de 1817, Gervásio Pires, cuja gestão refletiu o momento político da época: ao mesmo tempo que criticava medidas das Cortes, reagiu negativamente à convocação da constituinte. Manteve-se ambíguo no processo, sendo seu principal interesse a busca por autonomia para a província.

Ao final, houve um processo de aproximação com o Rio de Janeiro, em contraposição ao grupo de Gervásio, fundado em promessas de autonomia provincial. Após uma primeira tentativa infrutífera de alguns partidários de D. Pedro em avançar a causa do Rio de Janeiro, em junho, o grupo de Gervásio perdeu força. A efetiva adesão ao Rio de Janeiro foi alcançada apenas em agosto e confirmada em 8 de dezembro. O apoio pernambucano era, fundamentalmente, precário e condicionado, mantendo-se vivas tendências pró-Lisboa ou anti-Rio de Janeiro, republicanos e, principalmente, entre centralistas e autonomistas.

Havia, assim, indecisão e conflito nas províncias. Em algumas delas, como no Ceará, houve gradual convergência para o Rio de Janeiro, particularmente no que diz respeito às promessas de autonomia regional⁵. No Pará e no Maranhão, no entanto, o partido das Cortes era muito mais forte e lutaria contra os apoiadores do Rio de Janeiro, a Cisplatina, ao sul, veria um conflito essencialmente entre as tropas, que se dividiram entre as duas capitais. O caso da Bahia, por fim, foi particular, dado que houve a mesma dinâmica conflitiva observada nas outras províncias, porém mais intensa, transformando-se em uma guerra civil. A posição estratégica de Salvador e da Bahia, no entanto, tornava a disputa estratégica, razão pela qual o conflito aos poucos se tornou uma contenda “nacional” entre Lisboa e Rio de Janeiro.

Em resumo, das dezoito províncias do Reino do Brasil à época da Independência, apenas quatro apoiaram D. Pedro de maneira imediata, ainda no início de 1822, enquanto duas, Maranhão e Pará, se mantiveram oficialmente do lado das Cortes durante todo o período, apesar dos conflitos internos. As demais províncias, enfrentando disputas políticas internas,

5 Para pormenores de cada caso provincial, ver Franchini Neto (2022).

foram aos poucos favorecendo o Rio de Janeiro, por interesse ou por pressão, sendo que, em fins de 1822, o novo imperador não contava com apoio firme de mais do que oito províncias.

Terceiro Ato: guerra e a construção do corpo do Império

Entre conflitos locais, regionais e a fragilidade da postura de D. Pedro como imperador do Brasil, o objetivo de conquistar todas as províncias do anterior reino brasileiro para o novo império demandava esforços significativos de convencimento, promessas, ameaças e, em última instância de uso da força. É o momento de falar, então, da Guerra de Independência do Brasil. Ao contrário da imagem tradicional de uma independência pacífica, houve uma guerra de fato e de direito, com declarações inequívocas dos dois lados sobre o estado de beligerância.

As operações militares foram, principalmente, um instrumento para a construção territorial do novo império, que se pretendia sucessor do Reino do Brasil. Somadas as médias das avaliações de tropas mobilizadas, pelos dois lados, em diferentes regiões, tem-se que a guerra envolveu pelo menos 60 mil militares, em 1822–1823⁶.

D. Pedro conseguiu mobilizar entre 30 e 40 mil homens, se contarmos, além das operações nos três teatros, episódios como o de janeiro de 1822, no Rio de Janeiro. Lisboa, de sua parte, teve a seu favor cerca de 20 mil homens, parte significativa dos quais enviada da Europa, principalmente para a Bahia. Não era uma mobilização desprezível, que terminou, no entanto, limitada e influenciada por ameaças no próprio continente europeu, com a invasão francesa da Espanha, no primeiro semestre de 1823. O conflito franco-espanhol posteriormente estimulou a Vilafrancada, contragolpe que encerrou o vintismo, em 1823.

Os números sobre baixas da guerra são imprecisos. Com base em cifras sobre mortes variando entre 2 e 3 mil na Bahia, 500 e 1 mil no Piauí-Ceará-Maranhão, 100 na Cisplatina e 1 mil no Pará, chega-se a algo em torno de 3 a 5 mil mortos. No caso das baixas, que incluem feridos e prisioneiros, esse valor poderia ser maior.

Praticamente todas as províncias participaram das operações militares. As forças dos dois lados sofreram dificuldades de abastecimento, de organização e de mobilização de tropas. Os dois lados cometeram atrocidades, os dois participaram em destruições. E os dois lutaram duramente, em grandes batalhas ou nas escaramuças diárias. Ao final, o resultado da Guerra de Independência e a construção da unidade do Império

6 O detalhamento desses números pode ser encontrado em Franchini Neto (2019, 2022).

deveu-se, principalmente, à condução dessas operações militares, que se concentraram, essencialmente, em três teatros de operações: Bahia, Norte e Cisplatina.

A guerra no eixo estratégico do Brasil: a Bahia

A Bahia foi o principal teatro da disputa entre Lisboa e Rio de Janeiro. A guerra começou como um conflito local, no contexto de disputas entre grupos políticos que, em sua maioria, apoiaram inicialmente a adesão à Revolução do Porto, liderada por Manoel Pedro, militar nascido na América. Aos poucos, no entanto, tanto Lisboa quanto o Rio de Janeiro passaram a influir diretamente no conflito, tornando-se uma disputa direta entre as duas capitais por um território que poderia influenciar toda a região.

A fase local esteve ligada diretamente ao vintismo e à relação com Lisboa. A implantação do movimento foi amplamente apoiada, apesar de alguns núcleos de resistência que não necessariamente representavam apoio ao Rio de Janeiro, mas tradicional apoio à Coroa. Como em outras províncias, o que se viu a partir da adesão ao vintismo foi um movimento descoordenado, sem instruções precisas, que abriu as portas para conflitos locais em torno das eleições.

Gradualmente, à medida que as Cortes iam buscando reforçar os alicerces do movimento, surgiam descontamentos com as decisões de Lisboa, mobilizando grupos opositores e intensificando os conflitos. Política e economicamente, moldava-se uma incompatibilidade entre o interior baiano, com a cidade de Cachoeira como o principal ponto de convergência da produção agrícola, e o comércio de Salvador, o “partido da Praia” (ARAÚJO, 2010). Ao longo de 1821 e do início de 1822, essas diferentes visões foram se afunilando não em partidos propriamente ditos, mas em pelo menos três tendências: uma primeira pró-Lisboa, uma intermediária, pela manutenção do Reino Unido, e uma chamada “democrata”, minoritária, que promovia a ideia de “governos provinciais independentes” (CARVALHO; BASTOS; BASILE, 2012, p. 13)⁷. Essa situação foi agravada pela chegada de novas tropas da Europa, solicitadas pela Junta Baiana, que reforçavam os corpos militares pró-Lisboa e aumentavam o risco do conflito.

Até o início de 1822, as diferenças políticas e disputas por poder foram mantidas dentro de um limite aceitável. Em fevereiro daquele ano, no entanto, o conflito que vinha sendo gestado explodiu a partir de uma disputa entre vintistas. Manoel Pedro, anteriormente líder da adesão ao vintismo,

⁷ A mesma avaliação dos “três partidos” foi apresentada pelo próprio general Madeira (OFÍCIO..., 26 fev. 1822, p. 6).

foi substituído na liderança das forças militares (chamado “Governador das Armas”) pelo coronel (promovido a brigadeiro) Madeira.

Essa decisão, pela qual as Cortes procuravam reforçar seu poder diretamente junto às províncias, levou ao início de uma guerra civil em 18 de fevereiro de 1822, entre os partidários de Manoel Pedro (que aos poucos convergiriam para uma posição pró-D. Pedro) e os apoiadores das Cortes e de Madeira. Os combates ocorreram próximos a unidades militares na cidade de Salvador, incluindo um ataque contra o quartel na Mouraria, no qual ocorreu a invasão do Convento da Lapa e o assassinato de Sórora Joana Angélica. Madeira venceu o confronto, e as forças de Manoel Pedro, junto com muitos civis, fugiram para o interior.

A partir desse momento, houve uma gradual separação de forças, com Madeira buscando se fortalecer em Salvador, vivendo entre apoios firmes de alguns grupos e resistências de outros (a Câmara de Salvador chegou mesmo a indicar, em junho de 1822, que poderia pronunciar-se a favor de D. Pedro), e a oposição que se concentrou na cidade de Cachoeira, onde foi decidida, em 25 de junho, a aliança com D. Pedro, quem, como visto anteriormente, iniciou o envio de insumos e tropas a partir de julho de 1822.

A guerra, ainda essencialmente local, espalhou-se pela província, mas foi gradualmente se concentrando em duas áreas principais: o caminho a Salvador e a Baía de todos os Santos. Ainda que limitadas, as forças de Cachoeira lograram bloquear a capital baiana, que passaria a ser suprida principalmente pelo mar. Os combates tornaram-se constantes e seriam, na sequência, ampliados, pela decisão de Lisboa e Rio de Janeiro de jogar ali a partida militar principal da disputa.

Lisboa desde o início entendeu que a preservação da Bahia era chave e passou a enviar tropas para o local, particularmente após os combates de fevereiro de 1822. Duas levadas foram importantes, entre agosto e outubro de 1822, chegando a contar, em dezembro, com 8.621 soldados, sem incluir a Marinha (PORTUGAL, 1823, p. 41). O Rio de Janeiro, paralelamente, nomeou o general Pierre Labatut para liderar o “Exército Pacificador”, uma escolha feita diretamente por Bonifácio, a fim de reforçar o controle do Rio de Janeiro sobre os líderes locais.

Labatut partiu para a Bahia em 14 de julho, em esquadra comandada por Rodrigo de Lamare. Após evitar um confronto com a esquadra de Madeira, aportou em Maceió, passou por Sergipe e chegou ao Recife, onde, apesar de ter sido “mal-recebido”, logrou o apoio militar pernambucano (cerca de 700 soldados e 200 soldados da Paraíba). Labatut partiu então para a Bahia, atingindo o Engenho Novo, na estrada das Boiadas, em 28 de outubro.

Poucos dias depois da chegada de Labatut, Madeira passou à ofensiva, na batalha do Pirajá, um ataque de centro e flanco em um ponto próximo ao Engenho Novo, em 8 de novembro de 1822. A batalha foi intensa e ganhou ares de lenda, mas sem resultado definitivo. Fortaleceu o moral e o recrutamento da tropa pró-D. Pedro, com elementos principalmente da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, mas também de Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Ceará e Sergipe.

Os combates continuaram intensos após a batalha e, ao final de 1822, as forças dos dois lados chegavam a cerca de 10 mil soldados cada, mais contingentes da Marinha⁸. Apesar do insucesso no Pirajá, Madeira manteve-se na ofensiva, seja na linha sobre Salvador, seja na Baía de todos os Santos. Aos poucos os ventos viraram em vantagem para as forças de D. Pedro, que passaram ao ataque.

A guerra em pouco se tornaria mais estática, com um cerco que não logrou a rendição de Salvador. A situação política dos dois lados deteriorou-se e, em fevereiro de 1823, apoiado por Lisboa, Madeira declarou Salvador praça de guerra sitiada, concentrando o poder, mas com perda de apoio político — mesmo com a chegada de novos reforços, em 31 de março. Do lado brasileiro, intensificou-se uma disputa entre Labatut e os grupos político-militares locais, crise que terminou com a prisão do general. Uma ação rápida permitiu a nomeação de José Joaquim de Lima e Silva (comandante do “Batalhão do Imperador”, enviado pelo Rio de Janeiro), que assumiu em 27 de maio. O novo comandante manteve plano de Labatut, mas tampouco logrou uma ruptura do cerco.

O impasse foi, finalmente, resolvido pela Marinha. Após meses de preparação, havia ficado pronta uma nova esquadra, com a compra de navios e de material, recrutamento de oficiais e, principalmente, de um comandante. Este era o Almirante Thomas Cochrane, cuja escolha seguia a mesma lógica da seleção de Labatut. Cochrane chegou ao Rio de Janeiro em 13 de março de 1823 e partiu para a Bahia poucos dias depois, com aproximadamente 2 mil marinheiros e 280 peças de artilharia.

A Bahia foi avistada em 1º de maio. Em 4 de maio de 1823, encontraram-se as duas esquadras. Cochrane tentou repetir uma manobra que havia realizado quando das operações no Peru, a qual poderia ter resultado em uma vitória contra treze embarcações portuguesas, mas perdeu o efeito tático pela recusa de marinheiros em atacar seus conterrâneos. Suspendeu, então, a ação e se retirou (PAIXÃO E DORES, 1938, p. 204).

8 Sobre os números de mobilizados, ver Franchini Neto (2019, 2022).

Houve, uma mudança de estratégia, tendo Cochrane estabelecido a base de operações no Morro de São Paulo.

Se bem a esquadra portuguesa ainda fosse forte, mostrou-se pouco agressiva ante a nova estratégia da esquadra imperial. A situação dos partidários de Lisboa de fato chegou a seu ponto mais grave no início de junho. Cochrane, segundo seu próprio relato, decidiu aproveitar esse momento e, em 12 de junho, realizou uma patrulha noturna dentro do porto de Salvador. Disfarçado de embarcação inglesa, passou por toda a frota militar portuguesa, regressando sem grandes problemas. A ação teria provocado grande terror no inimigo.

Cercado por terra e mar, não restou outra solução a Madeira, apesar de seus esforços para não se render aos ultimatos brasileiros. Realizou, então, a retirada em 2 de julho de 1823, com quase noventa navios que transportavam tropas e população. A ocupação de Salvador concluía a guerra na Bahia, que durara mais de um ano, com significativas perdas humanas. O cálculo efetivo das baixas é difícil, mas algumas aproximações indicam algo entre 2 e 3 mil mortos, dos quais 1 mil por doenças, e número proporcional de feridos, prisioneiros etc.

O rescaldo do conflito, ao final, não trouxe tranquilidade política. Haveria, na tropa, agitações constantes até 1825. Também voltaram à tona as disputas de poder locais relacionadas, somadas a ressentimentos e conflitos causados pela guerra. A consolidação política do processo da Independência ainda demandaria tempo.

A guerra no Norte: Ceará, Piauí, Maranhão e Pará no conflito pela metade do Brasil

O cenário militar norte envolveu diretamente cinco províncias: Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Pará. O ponto central dessa dinâmica foi o embate entre grupos pró-Rio de Janeiro e pró-Lisboa, iniciada em fins de 1822, com o aparecimento gradual de D. Pedro, influenciados pelo que se passava em Pernambuco e na Bahia, em uma região essencialmente vintista. O conflito iniciou-se no Piauí, misturando questões internas da província com influências regionais, espraiando-se para o Ceará, Maranhão e Pará.

A Revolução do Porto não apenas teve adesão na região Norte, como desenvolveu vínculos de fidelidade importantes, a ponto de os representantes do Pará e do Maranhão nas Cortes Constitucionais de Lisboa defenderem visões que eram fortemente opostas àquelas do Rio de Janeiro. As duas províncias viviam realidade política, econômica e social própria, reforçando laços de solidariedade regional com Lisboa. O Pará foi a primeira província a aderir ao Porto, em 1º de janeiro de 1821.

Nesse contexto, as Juntas maranhense e paraense se mostraram dispostas a lutar diretamente contra grupos pró-Rio de Janeiro, que começaram a aparecer no final de 1822, principalmente no Ceará e no Piauí. A essa influência externa somou-se a intensificação de disputas entre poderes locais sobre o poder provincial, as quais abriram espaço para que parte dos grupos políticos originalmente vintistas, particularmente os perdedores das eleições locais, se aproximassem do Rio de Janeiro.

No final de 1822, com o Império já declarado, a guerra estourou no Piauí. Lisboa desde o início havia se preocupado com a província, designando o sargento-mor João José da Cunha Fidié como governador das armas. Fidié chegou a Oeiras em 8 de agosto de 1822 e encontrou uma situação política degradada. As decisões de D. Pedro, como a convocação da constituinte, ainda eram rejeitadas em Oeiras, mas em outras localidades a causa do Rio de Janeiro passou a encontrar, ao final de 1822, ambiente mais favorável. Foi exatamente nesse contexto que, após o recebimento de notícias do Ceará, a Câmara da cidade de Parnaíba, ao norte da província, emitiu, em 19 de outubro de 1822, apoio à regência de D. Pedro, apesar de ainda advogar a união com Portugal.

Essa decisão pôs a máquina do conflito político em marcha. A primeira reação contrária se deu na própria vila, quando grupos vintistas recorreram ao apoio do Maranhão. A Junta maranhense enviou o brigue *Infante Dom Miguel*, que chegou a Parnaíba antes de Fidié, em 10 de dezembro, provocando a fuga dos partidários do Rio de Janeiro. Paralelamente, Fidié mobilizou a tropa e, em 14 de novembro de 1822, partiu em marcha de 660 quilômetros, com aproximadamente 1.500 homens (CONDE, 2006, p. 20). Atingiu Parnaíba em 18 de dezembro, entrando na cidade sem resistências.

Em 24 de janeiro de 1823, no entanto, ocorreu um levante pró-D. Pedro em Oeiras, sob a liderança do brigadeiro Silva Martins (que havia perdido uma eleição anterior). Os efeitos do levante foram, sem dúvida, mais intensos do que aqueles de Parnaíba. Fidié decidiu voltar à capital, para sufocar o movimento. Reuniu seus 1.500 homens e partiu em 1º de março de 1823.

O problema foi que o movimento de regresso de Fidié coincidiu com o gradual retorno, a partir do Ceará, de grupos que haviam fugido de Parnaíba, agora armados. Ambos os lados terminaram convergindo para a cidade de Campo Maior. Um primeiro combate, pequeno, ocorreu em 10 de março, às margens da lagoa Jacaré, próxima à cidade de Piracuruca.

Fidié instalou-se, na sequência, a 10 km de Campo Maior, em 12 de março. Com a notícia dessa movimentação, os independentistas mobilizaram

cerca de 3 mil homens para enfrentá-lo. Em 13 de março de 1823, as forças pró-Rio de Janeiro marcharam até o rio Jenipapo, que estava seco. Deu-se início, então, à batalha do Jenipapo, que durou mais de cinco horas e foi interrompida com a debandada das forças brasileiras. As baixas foram de 80 e 400 mortos, um número não especificado de feridos e 542 prisioneiros capturados por Fidié⁹.

Mesmo vitorioso, Fidié consumiu a maior parte dos seus insumos, tornando difícil o caminho a Oeiras¹⁰. Optou, então, por dirigir-se ao Estanhado, às margens do rio Parnaíba, onde recebeu ofício da Junta de Caxias (Maranhão) solicitando que fosse para aquela cidade, dada a agitação política local. Fidié decidiu partir para Oeiras (registrando dois combates no caminho, em 10 e 17 de abril), onde chegou em 17 de abril de 1823, acompanhado por 700 soldados.

Iniciou-se, então, a segunda fase da guerra, agora no Maranhão, com as forças pró-Rio de Janeiro reforçadas pelos plenos poderes conferidos por D. Pedro, em 16 de abril de 1823, que transformavam a contenda em um tema “nacional”. Do lado contrário, havia tropas europeias, piauienses, maranhenses e paraenses ainda fiéis a Lisboa. Fidié tentou, no início, ser proativo e marchou, em 21 de abril, sobre São José dos Matões, sem sucesso. Após esse combate, optou por estratégia defensiva, concentrada em Caxias.

As forças pró-D. Pedro realizaram então invasões sucessivas pelo rio Parnaíba, que se desdobraram em três movimentos. O primeiro, feito em várias linhas, cercou Caxias. O segundo, de menor monta, mas estratégico, resultou na ruptura das comunicações entre Caxias e São Luís, após a captura da cidade de Itapecuru-Mirim. O terceiro foi limitado, ao norte, com a captura de Carnaubeiras, vila maranhense próxima a Parnaíba (NEVES, 2006, p. 228).

Foi um movimento desorganizado, com casos notórios de problemas de disciplina. Os partidários de D. Pedro foram crescendo em número, chegando a algo em torno de 5 a 10 mil, incluindo o reforço cearense. Apesar das dificuldades, Caxias foi completamente cercada em 19 de junho, passando a sofrer, nos dois meses seguintes, com escaramuças constantes, tensões e ansiedades típicas do sítio. O período mais intenso do conflito ocorreu em julho, quando a situação se tornou insustentável. Iniciaram-se então as negociações, aceitas pela Câmara de Caxias, mas rechaçadas por Fidié. Em 1º de agosto, as forças independentistas entraram em Caxias e prenderam Fidié.

9 Para um relato mais detalhado da batalha e das fontes consultadas, ver Franchini Neto (2019).

10 Há, neste caso, uma lenda de que, no calor da batalha do Jenipapo, a bagagem das tropas de Fidié teria sido roubada. Não existem, porém, documentos que comprovem essa versão.

Na passagem de junho para julho de 1823, desse modo, a Junta maranhense encontrava-se isolada, contando apenas com o apoio de vilas próximas e da via marítima. A situação foi agravada com a notícia, em meados de julho de 1823, do golpe da Vilafrancada, quando D. João VI fechou as Cortes Constitucionais e retomou o poder absoluto. Surgiram, nesse contexto, disputas entre autoridades maranhenses, resolvidas com mais um fator militar: já nos mares próximos de São Luís, após a batalha na Bahia, o almirante Cochrane enviou um ultimato à Junta, que não teve outra opção senão oficializar a “adesão” ao Império, em 28 de julho de 1823.

Situação semelhante se passou, finalmente, no Pará. Em princípios de 1823, após quase dois anos de relativa estabilidade, a atuação de partidários da Independência se incrementou. A situação política levou a novas eleições municipais, em fevereiro de 1823, com todos os eleitos favoráveis ou simpáticos à emancipação. Em reação, houve, em 1º de março, revolta militar, que restabeleceu a antiga Câmara Municipal.

Se bem o golpe garantia o poder provincial, seu resultado provocou uma revolta dos partidários da Independência. Houve uma tentativa de golpe, em 13 de abril de 1823, e subseqüentes combates na Ilha de Marajó, em maio. Apesar desses sucessos militares, a causa da Junta de Belém se enfraquecia. Em julho, chegou pelo navio *Palhaço* a notícia da Vilafrancada, além de posteriores informações sobre a “adesão” do Maranhão.

Foi nesse contexto que apareceu em Belém outro oficial da esquadra do almirante Cochrane, o britânico Grenfell, em 11 de agosto de 1823. Era “a única força externa que atracou em Belém”, tendo o governo tomado a chegada “como a oportunidade de os estratos dominantes restabelecerem a ordem” (MACHADO, 2006, p. 312). Grenfell foi convidado a desembarcar e, em 12 de outubro, o Pará foi oficialmente incorporado ao Império do Brasil.

Ao final, a incorporação do Maranhão e do Pará ao Império trouxe apenas uma aparência de unidade. Grupos diversos, como aqueles favoráveis a Lisboa ou republicanos, ainda eram fortes. Portugal manteria, até 1825, a alegação de que as províncias estavam “ocupadas”. Cochrane retornaria ao Maranhão, em 1824, para conter nova revolta. A situação nas províncias do Norte apenas se acalmou, relativamente, ao longo de 1825, após o reconhecimento da Independência por Portugal.

Cisplatina: o conflito interno encontra a política externa.

A Cisplatina foi um caso tão complexo quanto díspar do ocorrido no Norte-Nordeste. As operações militares foram essencialmente relacionadas a uma ruptura entre as tropas portuguesas que estavam na província, parte das quais optou pelo Rio de Janeiro, parte das quais manteve-se fiel

ao vintismo. O quadro estratégico, no entanto, era mais complexo. A Cisplatina já era região historicamente em guerra, com a presença constante de tropas portuguesas que procuravam garantir a fronteira sul e o acesso ao centro brasileiro via navegação pelo Prata.

Entre 1821 e 1823, três processos distintos confluíram no Prata. Havia, em primeiro lugar, a histórica disputa entre Portugal e Espanha pelo território, desde pelo menos 1680, incluindo tentativas de negociação como os acordos de Madri (1750) e de Santo Idelfonso (1776). Paralelamente, movimentos independentistas espanhóis estouraram em 1810, a partir de Buenos Aires, que mantinha pretensões de unificar o Reino do Prata sob sua liderança. Essas ambições chocaram-se com interesses locais no que hoje são Uruguai, Bolívia e Paraguai, o que provocou forte instabilidade na região e uma sequência de ações militares, alianças feitas e desfeitas.

No caso da Banda Oriental, ganhou destaque a figura de Artigas, que pendulou entre acordos e rupturas com Buenos Aires. Muitos dos adversários de Artigas passaram a ver no Rio de Janeiro uma solução de estabilidade, o que foi conveniente à Coroa no Rio de Janeiro, cuja presença na América reforçava as possibilidades de ação sobre o Prata. Após um primeiro episódio em 1811, quando forças portuguesas ocuparam Montevideú a pedido do vice-rei espanhol, as disputas na região e a ação de Buenos Aires levaram a uma nova invasão em 1816, concluída em 1820.

A força portuguesa era composta por soldados americanos, especialmente de São Paulo, e por europeus, compondo a Divisão de Voluntários d'El Rei, liderada pelo general Lecor (4.831 soldados de origem europeia e entre 2 e 3 mil contingentes americanos¹¹). Ocupada Montevideú, a Coroa portuguesa procurou reforçar sua gestão do território, que culminou com a realização do Congresso da Banda Oriental, em 1821, que votou pela incorporação, criando a Província da Cisplatina.

O momento da incorporação, no entanto, coincidiu com os movimentos iniciais da dinâmica conflitiva que se estabeleceria entre Rio de Janeiro e Lisboa, em 1821. Nesta segunda capital, houve críticas a Lecor e chegou-se até mesmo a discutir retirada das tropas, que poderiam ser deslocadas para a Bahia. Do lado do Rio de Janeiro, as reações foram claramente mais favoráveis à campanha na Cisplatina e, em fins de fevereiro de 1822, Lecor aderiu à causa de D. Pedro.

11 Segundo mapa de tropas enviado às Cortes de Lisboa (PORTUGAL, 1822).

A concretização dessa adesão, no entanto, foi muito mais difícil, pois a oficialidade de origem europeia mostrou-se fortemente vintista e resistiu¹². Com sua manobra limitada, Lecor tentou primeiramente realizar uma ação política de retirada das tropas, via decreto do Rio de Janeiro (de 22 julho de 1822). Não havendo resposta, em 11 de setembro, o general deixou Montevideu, onde as tropas pró-Lisboa passaram a ser lideradas por D. Álvaro da Costa (FERREIRA, 2012, p. 145).

O campo se dividiu, então, entre os partidários de D. Pedro, liderados por Lecor, e os pró-Cortes de Lisboa, concentrados em Montevideu. Havia também uma terceira parte nessa dinâmica conflitiva, os próprios habitantes da Cisplatina, que se dividiram entre os dois lados da contenda e um terceiro partido, que apoiava as pretensões das Províncias Unidas do Prata. Apesar da divisão entre os dois campos, as operações militares foram evitadas no segundo semestre de 1822, com tentativas de retirada pacífica da tropa.

Após uma tentativa malograda de negociação em janeiro de 1823, iniciou-se a operação militar, essencialmente o cerco de Montevideu. A estimativa das tropas envolvidas na operação varia, mas teriam rondado 3 a 4 mil de cada lado, com muitas deserções e mudanças de lado. Com problemas logísticos, Lecor preferiu uma “guerra de recursos” (ibidem, p. 195), dando início, em 23 de janeiro de 1823, a um cerco, enfrentando uma Montevideu bem fortificada. A guerra na Cisplatina foi um combate de atrito, com constantes combates nas trincheiras.

Assim como nos casos da Bahia e do Norte, a ruptura do impasse veio pelo mar. Em agosto de 1823, finalmente se completaria esquadra comandada por Pedro Antonio Nunes, com seis navios, que a partir de outubro impôs o cerco ao porto de Montevideu. Em 21 de outubro de 1823, deu-se o breve, mas decisivo, combate. D. Álvaro da Costa buscou romper o cerco naval, iniciando um combate que durou todo o dia, com a derrota das forças pró-Lisboa. A pequena esquadra portuguesa ainda tentou, no dia seguinte, sair do porto, sem sucesso.

Foram, então, iniciadas negociações, que terminaram em 18 de novembro de 1823. A retirada das forças portuguesas foi lenta, concretizando-se apenas em fevereiro de 1824. Ao final, os combates não haviam sido tão mortíferos, deixando entre 100 e 150 mortos, somados os dois lados.¹³

12 Conforme correspondência de campo do comandante Carlos Frederico Lecor (ARQUIVO NACIONAL, s.d.).

13 Conforme “Relação dos Mortos, e Feridos, que teve o Exercito Imperial do Sul, em toda a Campanha do Sitio de Montevideo contra a Divisão de Voluntários Reaes de Portugal, e Corpos a ella unidos desde Fevereiro deste anno, athe fim de Outubro ultimo” (ARQUIVO NACIONAL, s.d.).

A partida das tropas europeias, no entanto, não pôs fim aos problemas. A incorporação da Cisplatina ao Império não foi seguida de atenção no mesmo nível por parte do Rio de Janeiro. Essa fragilidade estimulou o “espírito artiguista”, ampliando movimentações no período de 1824-1825 e culminando com a conhecida travessia do rio Uruguai por 33 refugiados liderados por Lavalleja, em 19 de abril de 1825. A rebelião ganhou vulto e em 10 de dezembro de 1825, o Brasil declarou guerra contra Buenos Aires, dando início a uma outra guerra, a da Cisplatina (1825–1828).

ATO FINAL: O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA E A PROJEÇÃO DA INSTABILIDADE ESTRUTURAL DO IMPÉRIO

A guerra de — ou na — Independência do Brasil não foi o último ato da consolidação do novo império, nem foi suficiente para completar a tarefa de unificação, ainda que tenha sido um instrumento indispensável na garantia dessa unidade. As hostilidades com Portugal terminaram efetivamente apenas com o acordo de reconhecimento do Brasil, em 1825. Esse acordo, assinado em 29 de agosto de 1825, concluiu a etapa da independência e a guerra, mas sofreu críticas significativas, especialmente a indenização paga a Lisboa.

O processo de reconhecimento foi tão complexo e cheio de nuances quanto os demais momentos da sucessão de atos que resultaram na Independência do Brasil. Foi muito influenciado pela conjuntura externa, essencialmente conservadora e legitimista, que pressionava por um entendimento com Lisboa, e pela reparação de sérios problemas internos para D. Pedro, após o fim da disputa com um inimigo comum (Lisboa). A conjuntura de 1824–1825 era negativa para D. Pedro, cujo governo vivia a instabilidade política e tinha que lidar com as províncias do Norte-Nordeste, que ameaçavam com a fragmentação, incluindo a Confederação do Equador, em 1824, que deve ser vista como parte do processo de independência. Foram adotadas medidas autoritárias, como a dissolução da constituinte e o envio de tropas para enfrentar os focos de resistência no Norte.

De uma posição intransigente em 1823, que buscava o reconhecimento direto, D. Pedro foi obrigado a evoluir para uma postura mais transigente, negociadora, o que significava também ceder em alguns pontos, particularmente na indenização, relacionada aos bens deixados no Brasil, e ao fato de D. João assumir o Império e transmiti-lo por vontade própria a D. Pedro. A aceitação desses pontos tornou o ato de reconhecimento, cuja mediação foi realizada pelo Reino Unido da Grã-Bretanha, muito criticado na historiografia brasileira, inclusive em teses que põem os britânicos como os principais beneficiários e manipuladores do acordo, visão que pouco se sustenta.

O que se observa no período 1820–1825, portanto, foi um movimento complexo, marcado pela incerteza e pelo conflito, que estava longe de consolidar um Brasil já existente, homogêneo, ao menos entre as elites. Havia muita heterogeneidade regional, sendo o Império constituído por um núcleo inicial em torno do D. Pedro, marcado por diferenças entre os grupos que o formavam (ver, por exemplo, os projetos de Bonifácio e de Gonçalves Ledo), o qual aos poucos negociou, cooptou, coagiu ou conquistou as demais regiões, em um pacto que estava longe de estar consolidado em 1825.

Essa fragilidade institucional inicial do Estado brasileiro é um dado pouco explorado, mas que torna, em grande medida, mais compreensível o processo político das décadas seguintes, incluindo os problemas da Regência e suas consequências. Ao se comemorar o bicentenário desse processo de independência, revisitá-lo, redescobri-lo é, portanto, um exercício interessante de compreensão e conhecimento, que pode contribuir para a reflexão sobre o que se busca como sociedade nacional para as próximas décadas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A guerra da Bahia”. In _____ (org.). *2 de julho: a Bahia na Independência Nacional*. Salvador: Fundação Pedro Calmon / Governo do Estado da Bahia, 2010, pp. 12-27.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coleção Cisplatina, caixa 977, fundo 1A, 1819–1823. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [s.d.].
- BRASIL. Senado Federal. “Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822–1823)”. Brasília: Senado Federal, 1973. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (org.). *Às armas cidadãos!:* Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CONDE, Hermínio de Brito. “Fidié e a unidade do Brasil”. In FIDIÉ, J. J. C. *Vária Fortuna de um soldado português*. Teresina: Fundapi, 2006.
- COSTA E SILVA, Alberto da. “Parte 1: População e sociedade”. In _____ (coord.). *Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Coleção História do Brasil Nação: 1808–2010.
- FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina : 1822 -1824.* Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1408.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014).

- FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*. Teresina: Fundapi, 2006.
- FRANCHINI NETO, Helio. *Independência e Morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821–1823)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.
- _____. *Redescobrimo a Independência: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro*. São Paulo: Benvirá, 2022.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João P. Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In MOTA, C. G. (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500–2000)*. 2a ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MACHADO, André R. de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821–1825)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca ou a outra independência”. In _____ (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 11-47.
- _____. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié. uma epopéia brasileira na luta pela independência*. 4a ed. Teresina: Fundapi, 2006.
- OFÍCIO de 7 de março de 1822. In “Offícios e Documentos dirigidos às Cortes pelo Governador das Armas da Província da Bahia, em data de 7, e 17 de Março deste anno”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, pp. 3-7.
- PAIXÃO E DORES, Frei Manoel Moreira da. *Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfica do Ministério da Educação, 1938. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_060_1938.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- PORTUGAL. “Atas das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa”. Sessão 444, 20 de agosto de 1822. *Diário do Governo* [de Portugal], Lisboa, n. 195, 21 ago. 1822.
- _____. “Sessão das Cortes de 6 de janeiro de 1823”. *Diário do Governo* [de Portugal], Lisboa, n. 40, 7 jan. 1823.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SILVA DIAS, Maria O. Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2a ed. São Paulo: Alameda, 2005.
- VARNHAGEN, Francisco A. de. *História da Independência do Brasil*. 3a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.